JULIANA TAVARES PEGORER

LIMITES DO DIREITO DE GREVE

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Professora Titular Walküre Lopes Ribeiro da Silva.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO

2013

RESUMO

A presente pesquisa visa a analisar o fenômeno da greve sob seu aspecto de fato social atualmente reconhecido pelos ordenamentos jurídicos como um direito que assegura aos trabalhadores a defesa de seus interesses. Contudo não se trata de um direito absoluto, mas de um direito que deve ser exercido com a observância de limites previstos pelo próprio ordenamento.

O tratamento desse tema é dividido em quatro partes. Primeiramente analisamos o fenômeno da greve, especialmente quanto às suas repercussões no mundo jurídico, o que abrange a discussão doutrinária acerca de conceitos, natureza jurídica e titularidade do direito de greve, bem como sua distinção com outras figuras próximas.

Em seguida, recorreremos ao estudo da teoria do abuso do direito, amplamente desenvolvida pelos civilistas, para tratarmos das questões relativas aos limites dos direitos, e assim procedermos à análise dos limites do direito de greve, com enfoque especial na doutrina da Organização Internacional do Trabalho e legislação brasileira.

Finalmente, na quarta parte, examinamos as respostas dos ordenamentos jurídicos quando violados os limites do direito de greve.

Palavras-chaves: greve – sindicato – abuso de direito – limites – responsabilidades

RIASSUNTO

Questa ricerca si propone di analizzare il fenomeno dello sciopero sotto il suo aspetto di fatto sociale attualmente riconosciuto dagli ordinamenti giuridici come un diritto che garantisce ai lavoratori di difendere i loro interessi. Tuttavia non è un diritto assoluto, ma un diritto che deve essere esercitato con riferimento a limiti imposti dalle proprio ordinamento.

Il trattamento di questo tema è diviso in quattro parti. Per prima cosa si analizza il fenomeno dello sciopero, soprattutto per quanto riguarda il loro impatto sul mondo giuridico, che copre la discussione di concetti dottrinali, rispetto alla natura e titolarità del diritto di sciopero, così come la sua distinzione tra altre figure vicine.

Poi, ci rivolgiamo allo studio della teoria di abuso del diritto, in gran parte sviluppato dai civilisti, ad affrontare le questioni riferenti ai limiti dei diritti, e quindi procedere all'analisi dei limiti del diritto di sciopero, con particolare attenzione alla dottrina dell'Organizzazione Internazionale del Lavoro e la legge brasiliana.

Infine, nella quarta parte, si esaminano le risposte dagli ordinamenti giuridici quando vengono violati i confini del diritto di sciopero.

Parole-chiave: sciopero - sindacato - abuso del diritto - limiti – responsabilità

INTRODUÇÃO

1. Justificativa e relevância da matéria

A greve como fato social de relevância jurídica surge em meados do século XVIII, juntamente com a classe operária fabril, correspondendo a um importante instrumento de luta operária.

As condições de trabalho variavam enormemente neste período por uma série de fatores – ampliação de mercados consumidores com o descobrimento do Novo Mundo, desenvolvimento de novas técnicas e máquinas para o trabalho, reforma religiosa, descrédito das ciências medievais, comércio ultramarino e internacional e atividade mercantil – o que implicou em constantes pioras para os trabalhadores que executavam longas jornadas em péssimas condições de saúde e segurança, ademais não havia restrições ao trabalho de crianças, o que, juntamente com o trabalho feminino, fazia com que os salários fossem cada vez mais baixos.

No entanto, historiadores identificam em movimentos sociais ocorridos antes desse período algumas características da greve da era moderna, fazendo referências a protestos de trabalhadores no Antigo Egito e na Roma Antiga.

Teria ocorrido no Egito, na época do novo império (1580-1080 a.C.), a primeira greve da história, quando trabalhadores se recusaram a prosseguir na construção do túmulo do faraó como protesto contra as irregularidades no fornecimento dos salários e aos maus tratos de que eram vítimas.

Também a retirada dos plebeus de Roma para o monte Aventino no século V a.C. é considerada por alguns autores como manifestação semelhante à greve moderna (LEFRANC, 1975; CASTRO, 1986; RUPRECHT, 1979).

Contudo, assinala Ruprecht (1979, p. 57) a greve é um fenômeno típico de nossa época, uma consequência de seus desequilíbrios econômicos e de seus déficits de justiça, não sendo possível falar em greve em períodos anteriores, quando preponderava o trabalho escravo e servil, pois a greve pressupõe a liberdade de trabalho.

Ademais, é interessante observar as diferentes formas de recepção da greve no mundo jurídico. Inicialmente proibida, a greve passa a ser tolerada e por fim reconhecida e protegida como um direito dos trabalhadores na defesa de seus interesses.

Calamandrei (1968, p. 444) em seu artigo clássico sobre o significado do direito de greve na Constituição Italiana de 1948 afirma ser possível classificar a greve em três modalidades, segundo a relevância jurídica atribuída pela legislação: greve-delito, greve-liberdade e greve-direito. Sendo possível perceber que o tratamento jurídico da greve está intimamente relacionado ao regime de governo e aos valores sociais do Estado em cada época.

Desse modo, nos dias atuais em que a ordem democrática prepondera na imensa maioria dos países, a greve é reconhecida como um direito, seja nos ordenamentos jurídicos nacionais, seja em tratados internacionais.

Contudo, o reconhecimento da greve como um direito ainda gera amplos debates na doutrina e na jurisprudência, pois se trata de um direito peculiar de causar danos (RIBEIRO, 1996, p. 99).

Ao garantir a greve como direito, os ordenamentos também se preocupam em estabelecer os limites para o seu exercício – seja através de normas jurídicas expressas, seja através da interpretação pelas demais fontes de direito, como a doutrina e a jurisprudência – tendo em vista a existência de outros valores também tutelados pelo ordenamento em igual ou maior grau.

Assim, quando o direito de greve entrar em conflito com esses valores ou se desviar das finalidades para as quais foi criado, bem como não atender aos ditames da boa-fé ou bom costumes, fala-se então de abuso do direito de greve.

Todavia, o estabelecimento desses limites pelos ordenamentos jurídicos deve se dar de forma equilibrada.

Excessos nos contornos dos limites podem comprometer a eficácia do direito. Com esta preocupação, o Comitê de Liberdade Sindical da OIT, através de sua vasta atividade decisória no tocante à aplicação das Convenções ns. 87 e 98, acabou por produzir um conjunto de precedentes normativos denominado Recopilação de Decisões, cujos

parágrafos 520 a 676 da edição de 2006 se ocupam do direito de greve e apontam para uma limitação equilibrada desse direito.

Destarte, a presente dissertação de mestrado tem como escopo principal o exame dos limites do direito de greve, com especial destaque para aqueles previstos na ordem jurídica brasileira, seja de maneira expressa na legislação, seja através de construções doutrinárias e jurisprudenciais, bem como sua comparação com as orientações da Organização Internacional do Trabalho.

2. Delimitação do tema

As greves são objeto de inúmeros estudos acadêmicos, tanto na área das ciências jurídicas como das ciências sociais. Contudo, em razão dos amplos debates que até hoje envolvem o tema, seja na área acadêmica, seja nos tribunais, compreendemos que o tema permanece relevante e é necessária uma pesquisa que enfoque, de maneira especial, o aspecto dos limites que envolvem o direito de greve.

Com vista a atingir tal objetivo, o presente trabalho foi estruturado em quatro partes, vez que o estudo sobre os limites do direito de greve primeiramente comporta a análise do fenômeno da greve, especialmente quanto ao seu aspecto jurídico, todavia não se deve ignorar o fato de que a greve é um fenômeno social.

Desse modo, analisaremos no primeiro capítulo da dissertação a greve como fato social e como fato jurídico, compreendendo um estudo histórico da experiência da greve no Brasil e em outros países ocidentais, bem como a evolução do tratamento jurídico da greve. Verificaremos a discussão doutrinária acerca de conceitos, natureza jurídica e titularidade do direito de greve, bem como analisaremos figuras próximas à greve que não se enquadram no conceito.

O segundo capítulo da dissertação compreenderá o estudo sobre os limites dos direitos e a figura do abuso de direito, as diversas teorias que os justificam na doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira. Também tem lugar a análise dos limites gerais impostos pelo ordenamento jurídico brasileiro ao exercício dos direitos.

O terceiro capítulo é voltado à análise dos limites do direito de greve, de modo que abordaremos as diversas classificações da doutrina quanto aos referidos limites, bem como faremos breve estudo sobre sua regulamentação em Portugal e na Itália. Também analisaremos a posição da Organização Internacional do Trabalho acerca dos limites impostos pelos ordenamentos jurídicos nacionais ao exercício do direito de greve. Comporta ainda um estudo específico dos limites do direito de greve no ordenamento jurídico brasileiro, com destaque para aqueles previstos na lei n. 7.783/1989.

Por fim, cabe no capítulo final a abordagem das diferentes respostas dos ordenamentos jurídicos à violação dos limites do direito de greve, notadamente as responsabilidades administrativas, penais, trabalhistas e civis.

3. Metodologia e técnicas de pesquisa

A pesquisa utilizou em sua abordagem os métodos indutivo, dedutivo e analítico-sintético.

No tocante aos métodos de procedimento foi empregada a dogmática jurídica, bem como os métodos histórico e comparativo, vez que se buscou analisar os limites do direito de greve, seja no ordenamento brasileiro, seja no cenário internacional.

Quanto às técnicas de pesquisa, recorreu-se à consulta de fontes primárias – pesquisa documental, inclusive legislação e jurisprudência nacional e estrangeira relativa ao fenômeno da greve – e de fontes secundárias – pesquisa bibliográfica em livros e artigos de periódicos.

CONCLUSÃO

O surgimento da greve como instrumento de reivindicação trabalhista está diretamente associado à chamada “questão social” oriunda da Primeira Revolução Industrial, quando as condições de trabalho variavam enormemente implicando em constantes pioras para os trabalhadores.

Desse modo, a análise jurídica da greve não pode estar dissociada de seu aspecto social, eis que corresponde a uma forma específica de manifestação dos trabalhadores coletivamente organizados, tendo o seu tratamento jurídico se alterado desde sua caracterização como ilícito penal, passando por mero ilícito civil resultante do inadimplemento contratual, até a sua previsão em diplomas legais como resultado do exercício de um direito assegurado aos trabalhadores.

Nos últimos anos vem surgindo uma nova corrente doutrinária que visa ampliar o conceito jurídico tradicional que se tem de greve como a paralisação temporária da prestação de serviços, com o fim de pressionar o empregador a ceder diante de reivindicações trabalhistas. Para tais autores é necessário repensar o conceito de greve como expressão de conflitos coletivos de trabalho diante das transformações ocorridas na organização do trabalho e da produção, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com uma flexibilização dos meios de conflito diante da flexibilização da produção e do trabalho, propondo-se então a ampliação do conceito para abrigar figuras que se costumam denominar de greves atípicas, tais como greves de trabalho parcialmente arbitrário (operação-tartaruga, greve de zelo, greve de rendimento, dentre outras), greves rotativas e greves intermitentes.

No presente trabalho optamos por utilizar o termo greve em seu sentido clássico. No entanto, ante a necessidade de reconhecimento jurídico da evolução das formas de pressão a que passaram a recorrer os trabalhadores diante das contínuas mudanças por que passa a sociedade, os meios de produção e as condições de trabalho, começamos a nos questionar se realmente não seria conveniente não uma ampliação do conceito de greve como querem tais autores, mas uma ampliação da tutela dos meios de ação garantidos aos trabalhadores, passando-se, por exemplo, a aplicar por analogia a lei de greve para regular outras formas de manifestação de trabalhadores, enquanto inexistente

legislação própria.

Percebemos que a doutrina estrangeira, bem como a Organização Internacional do Trabalho, se posicionam no sentido de se buscar ampliar as garantias já reconhecidas aos trabalhadores grevistas para abranger também os trabalhadores que se utilizam de formas atípicas de greve com vistas à reivindicação de seus interesses.

No Brasil, por ora, cabe-nos a esperança de avanços da jurisprudência, tais como o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da aplicação analógica da lei n. 7.783/1989 aos trabalhadores do setor público civil a partir do julgamento dos Mandados de Injunção ns. 670, 708 e 712 em 25.10.2007.

Com vistas a melhor compreendermos os limites do direito de greve, fez-se necessário o estudo da teoria do abuso do direito que está diretamente associada à repressão de situações em que o titular de um direito excede os limites a ele peculiares previstos na ordem jurídica, podendo tais limites estarem expressamente previstos em textos legais ou serem extraídos do ordenamento por meio de construções doutrinárias e jurisprudenciais.

A boa-fé, em matéria de limite ao exercício de direitos, tem papel fundamental, uma vez que ao ser fonte de deveres anexos como lealdade, colaboração e respeito às expectativas legítimas do outro sujeito da relação jurídica, limita a liberdade individual do destinatário desses deveres, o qual terá de exercer os direitos de que é titular circunscrito aos limites impostos.

O ordenamento jurídico brasileiro acertadamente reconheceu o papel limitador da boa-fé no artigo 187 do Código Civil Brasileiro de 2002, cuja redação remonta à construção doutrinária alemã da figura do abuso do direito, estabelecendo-se a boa-fé, os bons costumes e os fins econômicos e sociais como limites para a atuação do titular do direito, sob pena de ser considerado o abusivo o ato produzido, sujeitando o agente a sanções.

Verificou-se que os ordenamentos jurídicos estatais evoluíram no sentido de admitirem o fato social denominado greve como resultado do exercício de um direito, o direito de greve, o qual consiste na faculdade atribuída pela norma jurídica a um grupo social de suspender o trabalho, quer seja em uma empresa ou em um estabelecimento, quer seja em um âmbito maior, abrangendo toda uma profissão ou categoria em determinada

base geográfica, por exemplo, ou até mesmo várias profissões ou categorias em diversas localidades.

Contudo, ao garantirem a greve como um direito, os ordenamentos jurídicos também se preocuparam em estabelecer os limites para o seu exercício, uma vez que é inerente à greve a causação de danos.

Ao analisarmos a experiência italiana, constatamos que a greve foi reconhecida como direito pelo ordenamento jurídico italiano com a Constituição de 1948, remetendo o constituinte a sua regulamentação à legislação ordinária, de forma semelhante a que fez o constituinte brasileiro em 1946 e 1988.

Entretanto, diante da inércia legislativa italiana na promulgação da referida norma, ficou a cargo dos tribunais daquele país a tarefa de elaborar os contornos jurídicos de tal figura, sendo que num primeiro momento a jurisprudência fundando-se sobre uma lógica definidora, colocava *a priori* uma definição de greve que, na realidade, não encontrava fundamento no texto normativo, nem na prática das relações de trabalho, incluindo-se no conceito de greve diversos elementos, tais como trabalho subordinado, totalidade da abstenção e natureza econômica do interesse, o que impossibilitava o reconhecimento de inúmeras manifestações de trabalhadores, por não atendidos tais requisitos.

Houve então uma evolução da jurisprudência, passando-se a entender que o fato de a Constituição não definir diretamente a greve implica que o significado jurídico do fenômeno é o mesmo que se tem na linguagem comum adotada no ambiente social.

Apenas em 1990, o legislador italiano a aprovou a lei n. 146 de 12.06 que contém “*normas gerais sobre o exercício do direito de greve nos serviços públicos essenciais e sobre a salvaguarda dos direitos da pessoa constitucionalmente tutelados*”, cuja segunda parte trata dos limites ao exercício do direito de greve no âmbito dos serviços essenciais, estabelecendo obrigações aos trabalhadores e aos empregadores, tanto no que se refere a procedimentos, quanto no que se refere à substância.

Um dos aspectos que mais se destacam no tratamento jurídico da greve na Itália é que as medidas não são pré-fixadas pelo legislador, tampouco tal tarefa fica a cargo dos Tribunais, mas são confiadas à negociação coletiva.

Neste aspecto não podemos deixar de almejar que nossa cultura sindical evolua ao ponto de que não seja mais necessário se recorrer aos Tribunais do Trabalho para a fixação dos serviços mínimos essenciais a serem prestados em caso de greve dos trabalhadores desses setores, vez que os interlocutores sociais são os que têm melhores condições para tais definições, contando com informações privilegiadas sobre o dia-a-dia da empresa, os serviços e seus usuários. A falta de conhecimento da realidade ou das práticas consagradas em empresas ou setores de atividade, por parte dos julgadores, leva muitas vezes a decisões liminares em sede de dissídio coletivo de greve que inviabilizam o próprio exercício do direito constitucionalmente assegurado aos trabalhadores.

No tocante ao tratamento jurídico da greve em Portugal, pudemos observar que, diferentemente do Brasil, aquele país prevê uma determinada forma de resposta do Poder Público quando violados os limites do direito de greve no setor. Assim, quando não cumprida a obrigação de prestação de serviços mínimos nas atividades essenciais à comunidade, processa-se à requisição civil, que pode ser acompanhada de intervenção militar, enquanto no Brasil o próprio Poder Público chama para si a realização de tais serviços inadiáveis.

A greve é um tema que gera intensos debates até os dias atuais, o que justifica a ausência de uma Convenção ou Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o assunto, uma vez que jamais se obteve o consenso necessário para aprovação de tais normas.

Todavia, isto não significou uma abstenção da OIT na análise da greve e dos meios destinados a proteger seu exercício, eis que por meio dos trabalhos dos dois principais órgãos de controle da Organização – a Comissão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações e o Comitê de Liberdade Sindical – foi possível a formação de uma verdadeira doutrina em matéria de greve, sendo o princípio básico do tema previsto no parágrafo 521 da 5ª edição da Recopilação de Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade Sindical, nos seguintes termos: *“O Comitê tem sempre reconhecido o direito de greve como um direito legítimo a que podem recorrer os trabalhadores e suas organizações na defesa de seus interesses econômicos e sociais”*.

Mas é na questão relativa aos limites ao exercício do direito de greve que se destaca o trabalho realizado pela Organização. Entendendo que o direito de greve não pode

ser considerado um direito absoluto, o Comitê de Liberdade Sindical tem admitido restrições e até mesmo proibições, em determinados casos, compatíveis com o princípio da liberdade sindical, que devem, no entanto, ser pautadas pela razoabilidade, caso contrário corre-se o risco de impossibilitar o exercício desse direito.

A partir da análise da doutrina da OIT acerca da greve, foi possível identificar duas modalidades de limites ao exercício desse direito: uma refere-se aos trabalhadores envolvidos e outra às condições para o exercício desse direito.

No tocante às limitações quanto aos sujeitos, têm-se as questões relativas aos membros das forças armadas e da polícia, aos servidores públicos civis e aos trabalhadores em serviços essenciais.

Quanto aos requisitos exigidos pelas legislações nacionais para o legítimo exercício do direito de greve, o Comitê de Liberdade Sindical, em razão do amplo número de queixas que chegam a sua apreciação, tem entendido como aceitáveis: a exigência de um pré-aviso; a necessidade de se buscar previamente uma solução negociada ao conflito, mediante esforços de mediação, conciliação e arbitragem voluntárias; a observância de determinado quórum e de obter o acordo de uma maioria; a utilização de escrutínio secreto para decidir sobre a greve; a adoção de medidas com o objetivo de se fazerem respeitar os regulamentos de segurança e para prevenção e acidentes e a manutenção de serviços mínimos em determinados casos.

A nosso ver, as limitações ao direito de greve que a doutrina da OIT faz referência são razoáveis, vez que não ferem a essência do direito de greve entendido como a faculdade atribuída a um grupo social – trabalhadores – de paralisar suas atividades, com vistas à defesa de seus interesses.

Ao analisarmos os limites impostos pelo ordenamento jurídico brasileiro ao direito de greve, verificamos que de maneira geral nossa legislação atual está de acordo com a doutrina da Organização Internacional do Trabalho sobre o tema.

O direito de greve assegurado pelo artigo 9º da Constituição Federal já se encontra limitado no próprio texto constitucional ante a previsão de que se devem atender as necessidades inadiáveis da comunidade, bem como exercer o direito dentro de suas finalidades econômicas e sociais, com respeito à boa-fé e aos bons costumes, conforme se depreende da previsão de punição aos abusos.

Em sede infraconstitucional, a regulamentação desses limites, no tocante ao setor privado, ficou a cargo da lei n. 7.783/1989, a qual também se aplica, no que for compatível, ao setor público civil em razão da inexistência de legislação específica, de modo que é possível concluir que os limites do direito de greve estão associados a pelo menos dois momentos distintos: o anterior à deflagração da greve e o posterior, que consiste na recusa de trabalho, a greve propriamente dita. Havendo também um limite que perpassa todos os momentos da greve, que é o dever de não utilização de meios violentos ou que constrem direitos e garantias fundamentais de outrem.

A lei de greve para o setor privado trata de maneira adequada das questões relativas ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade e abuso do direito de greve. Contudo, a norma legal não contempla todas as hipóteses de violação de limites do direito de greve, cabendo caso a caso ao julgador analisar se foram observadas as finalidades econômicas e sociais, a boa-fé e os bons costumes, mesmo que aparentemente não tenha sido violado nenhum dispositivo legal.

No tocante à previsão de respostas dos ordenamentos jurídicos pela violação dos limites do direito de greve, diga-se que a Organização Internacional do Trabalho entende que, no estabelecimento das sanções a serem impostas em casos de desrespeito aos limites da greve, as autoridades nacionais devem guardar a proporcionalidade com o delito ou a falta cometida, admitindo-se somente sanções de natureza penal para atos de violência que venham a ocorrer durante a greve.

Assim, verificamos que neste aspecto a legislação brasileira também está adequada às recomendações da OIT, eis que nossa lei penal não mais tipifica a participação em greve como um ilícito, exceto no caso dos militares, para os quais a greve não é considerada um direito, mas um ilícito de natureza penal que se enquadra nos crimes de deserção e abandono de posto, previsto nos artigos 187 e 195 do Código Penal Militar (decreto-lei n. 1.001 de 21.10.1969), em consonância com o artigo 142, §3º, IV da Constituição Federal. O Código Penal, ao tratar dos crimes contra a organização do trabalho, criminaliza apenas aquelas condutas relacionadas ao irregular exercício do direito de greve, sempre destacando a inobservância ao dever de não agir violentamente.

No tocante às respostas administrativas pelo abuso do direito de greve, viu-se que no passado, quando o sindicato era entendido como um ente de natureza pública, era

possível se falar em perda do reconhecimento ou intervenção no sindicato como medidas para preservar o interesse nacional, o que não ocorre mais nos dias atuais.

Quanto às responsabilidades trabalhistas pelo exercício abusivo do direito de greve, temos a perda das garantias que tutelam os trabalhadores grevistas, eis que a greve ao ser reconhecida como um direito deixou de ser considerada mero descumprimento de obrigação contratual. A lei de greve brasileira (lei n. 7.783/1989) prevê no parágrafo único do artigo 7º duas modalidades de garantias aos trabalhadores durante a greve: *“É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 9º e 14”*.

Tem-se, assim, que a primeira garantia consiste em uma estabilidade provisória, pois é vedado ao empregador rescindir os contratos de trabalho dos empregados grevistas enquanto perdurar a manifestação. Já a segunda garantia é voltada ao próprio movimento grevista, pois proíbe a contratação de substitutos para os trabalhadores grevistas.

Tais medidas protetivas, contudo, apenas subsistem nas greves lícitas, não abusivas. Em havendo manifesta violação aos limites do direito de greve, o ordenamento jurídico autoriza o empregador a dispensar os empregados grevistas, por desídia ou outra falta grave, bem como autoriza a contratação de substitutos para exercer as funções dos trabalhadores parados.

Um aspecto importante da greve é que tem repercussões na questão da responsabilidade civil pelo abuso do direito de greve diz respeito à peculiaridade de que toda greve, seja ela abusiva ou não abusiva, provoca danos ao empregador, aos fornecedores do empregador e aos consumidores dos serviços e produtos, eis que o dano é inerente à greve, está ligado à própria natureza jurídica do direito de greve como um direito de autotutela.

Assim, quando o direito de greve é exercido dentro dos limites impostos pelo ordenamento, esses danos são justos, tolerados e aceitos pelo ordenamento jurídico, de modo que não há que se falar no surgimento do dever de indenizar. A vítima deve suportar o prejuízo causado, pois o direito assim determina. Para se falar em dano passível de indenização decorrente do exercício do direito de greve, deve-se verificar um dano excepcional, não tolerado pelo ordenamento, um dano injusto. É o que ocorre quando são

manifestamente extrapolados os limites do direito de greve, conforme prevê o artigo 187 do Código Civil.

Compreendemos que o artigo 187, ao prever que os limites devem ser *manifestamente* excedidos para implicar na imposição do dever de reparar danos, importa na verificação do elemento anímico do agente, não para sua qualificação como abusivo ou não, mas para sua responsabilização civil.

É possível identificar três modalidades de reparação de danos causados pelo exercício irregular do direito de greve.

A primeira refere-se às indenizações pecuniárias em favor de fundos ou entidades assistenciais, quando se trata de um dano cuja vítima é a própria sociedade, tal como ocorre quando não são prestados os serviços inadiáveis à comunidade, sem prejuízo da imposição de obrigações de fazer ou não fazer.

A segunda diz respeito a indenizações pecuniárias em favor do empregador quando são causados danos patrimoniais e compensação pecuniária quando causados danos morais, sem prejuízo de indenizações *in natura*, consistindo em obrigações de fazer ou não fazer. Aqui também há de se fazer referência à proteção da posse do empregador quando, durante o exercício do direito de greve, ocorre a ocupação do estabelecimento empresarial ou a ameaça de tal acontecimento.

A terceira modalidade alude às indenizações pecuniárias em favor de trabalhadores não grevistas ou terceiros, sem prejuízo de indenizações *in natura*.

Por fim, frise-se que tais respostas – penal, administrativa, civil e trabalhista – não se excluem, podem coexistir sem se tratar de *bis in idem*, isso porque uma única ação pode gerar resultados em mais de uma ramo do direito, tal como se dá no caso da violação dos limites do direito de greve.

Desse modo, concluímos com a presente pesquisa que o fato social greve, bem como outras formas de manifestação dos trabalhadores coletivamente organizados, ainda necessitam ser mais bem estudados por parte dos operadores do direito, por justificarem as próprias limitações impostas pelo ordenamento jurídico ao exercício do direito. Todavia, devemos reconhecer os avanços já conquistados como, por exemplo, a alteração de posicionalmente da jurisprudência quanto à aplicação analógica da lei n. 7.783/1989 à

greve dos servidores públicos civis e esperar por novos progressos e uma evolução de nossa cultura sindical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, José; BEZERRA, Mirthyani. *Motoristas do IML deixam postos*. Folha de Pernambuco, Recife, 05 jun. 2010. Disponível em <<http://www.folhape.com.br/index.php/caderno-grande-recife/578018-motoristas-do-impl-deixam-postos>>. Acesso em 17.10.2010.

AGUIAR DIAS, José de. *Da Responsabilidade Civil*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. 2v.

ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Luis; CABANELLAS DE TORRES, Guilherme. *Tratado de política laboral y social*. Buenos Aires: Heliasta, 1972. 2 v.

ALMEIDA, Roberto Fernandes de. Responsabilidade civil do sindicato decorrente de greve em atividade essencial. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, n. 62, p.49-60, 1993.

ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo: Ensaio, 1988.

AROUCA, José Carlos. Sindicato. Responsabilidade. *Arquivos do Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Júnior*, São Paulo, n.34, p.9-36, 2010.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Abuso de Direito de Greve. *IOB Repertório de Jurisprudência: civil, processual, penal e comercial*, São Paulo, n. 23, p.456-454, dez 1994.

_____. *Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil*. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BARROS Jr., Cássio de Mesquita. Responsabilidade Civil do Sindicato na Greve. *Síntese Trabalhista*, a. 9, n. 98, p.7-21, ago. 1997.

BELTRAN, Ari Possidonio. *A Autotutela nas Relações do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1996.

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti. Responsabilidade Civil dos Sindicatos pelo Exercício Abusivo do Direito de Greve. *Arquivos do Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Júnior*, São Paulo, n.34, p.93-107, 2010.

BOULOS, Daniel M. *Abuso do Direito no Novo Código Civil*. São Paulo: Método, 2006.

BUEN LOZANO, Néstor de. *Derecho del Trabajo*. México: Editorial Porrúa, 1974.

CALAMANDREI, Piero. Significato costituzionale del diritto di sciopero. In: _____. *Opere giuridiche*: a cura di Mauro Cappelletti. Nápoles: Morano, 1968. 3 v. p.443-469.

CARPENA, Heloísa. O abuso do Direito no Código de 2002: relativização de direitos na ótica civil-constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *A Parte Geral do Novo Código Civil*: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 377-396.

CARVALHO NETO, Inacio de. *Abuso de Direito*. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. Responsabilidade Civil Decorrente do Abuso do Direito. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (Org.). *Novo Código Civil*: questões controvertidas. São Paulo: Método, v. 5, 2006, p. 243-319.

CASTAN, Vitor Manoel. *Abuso do Direito Sindical*. São Paulo: LTr, 2008.

CASTRO, Pedro. *Greve*: fatos e significados. São Paulo: Ática, 1986.

CATHARINO, José Martins. *Tratado Elementar de Direito Sindical*. São Paulo: LTr, 1977.

COSTA, Orlando Teixeira da. Responsabilidade do sindicato e do trabalhador na greve declarada abusiva. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, v.1, n.1, p. 55-58, mar. 1991.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 5.ed. São Paulo: LTr, 2006.

ERMIDA URIARTE, Oscar. *A Flexibilização da Greve*. Tradução Edilson Alkmin. São Paulo: LTr, 2000.

ESQUIVAL, Léa Sílvia Moraes Arroyo. Negociação Coletiva e Greve. In: NASCIMENTO, Amauri Mascaro; VIDAL NETO, Pedro (org.). *Direito de Greve*. São Paulo: LTr, 1984, p 124-144.

FAVA, Marcos Neves. Greve: caso de polícia ou direito do trabalhador. *LTr*: suplemento trabalhista, São Paulo, v.43, n.23, p.97-99, 2007.

FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2002.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. *Liberdade Sindical e Direito de Greve no Direito Comparado*: lineamentos. São Paulo: LTr, 1992.

FREITAS, Marilu. *Greve: direito limitado*. 1995. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GALANTINO, Luisa. *Diritto Sindicale*. 6. ed. Turim: G. Giappichelli, 1995.

GERNIGON, Bernard; ODERO, Alberto; GUIDO, Horacio. Principios de la OIT sobre el derecho de huelga. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v.117, n.4, p.473-515, 1998.

GHEZZI, Giorgio; ROMAGNOLI, Umberto. *Il diritto sindacale*. Bologna: Zanichelli, 1992.

GIUGNI, Gino. *Direito Sindical*. Tradução Eiko Lúcia Itioka. São Paulo: LTr, 1991.

GOMES, Orlando. *Direitos Reais*. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GOTTSCHALK, Egon Felix. *Greve e Lock-out*. São Paulo: Max Limonad, 1961.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre história operária. Tradução Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HODGES-AEBERHARD, Jane; ODERO DE DIOS, Alberto. Los principios del Comité de Libertad Sindical relativos a las huelgas. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v.106, n.4, p.511-533, 1987.

JOSSERAND, Louis. *Del Abuso de Los Derechos y Otros Ensayos*. Bogotá: Temis, 1999.

KAUFMANN, Marcus de Oliveira. A Democracia Sindical Interna: um mote para as responsabilidades e para a responsabilização dos sindicatos. *Arquivos do Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Júnior*, São Paulo, n.34, p.37-50, 2010.

KROTOSCHIN, Ernesto. *Manual de derecho del trabajo*. Buenos Aires: Depalma, 1976.

LARENZ, Karl. *Derecho Civil: Parte general*. Tradução Miguel Izquierdo y Macías-Picavea. Madri: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978.

LEFRANC, George. *Huelga, Historia y Presente*. Tradução Manuel Escrivá de Romani. Barcelona: Editorial Laia, 1975.

LEITE, Jorge. *Direito do Trabalho*. Coimbra: Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra, 2004. 1 v.

LIMA, Firmino Alves. *Mecanismos Antidiscriminatórios nas Relações de Trabalho*. São Paulo: LTr, 2006.

LOPEZ, Teresa Ancona. Exercício do Direito e suas Limitações: abuso do direito. In: NERY, Rosa Maria de Andrade; DONNINI (Coord.). *Responsabilidade Civil: estudos em homenagem ao Professor Rui Geraldo Camargo Viana*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 540-557.

LOUREIRO, Alexandre Pinto. *O Direito de Greve do Servidor Público no Brasil diante do Princípio do Interesse Público*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAGANO, Octávio Bueno. *Manual de Direito do Trabalho: direito coletivo do trabalho*. 2.ed. São Paulo: LTr, 1990, 3 v.

_____. A organização Sindical na Nova Constituição. *LTr: legislação do trabalho*, São Paulo, v. 53, n.1, p. 38-42, jan 1989.

MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos Especiais*. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Pedro Baptista. *O Abuso do Direito e o Ato Ilícito*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1941.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 25.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Direito Processual do Trabalho*. 28.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS-COSTA, Judith. Os Avatares do Abuso do Direito e o Rumo Indicado pela Boa-Fé. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (Org.). *Novo Código Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Método, v. 6, 2007, p. 505-544.

MASSONI, Túlio de Oliveira. *Da Indispensabilidade da Liberdade Sindical para a Consolidação Democrática: Itália, Espanha e os desafios do Brasil*. 2010. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAZZONI, Giuliano. *Relações Coletivas de Trabalho*. Tradução Antonio Lamarca. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico: plano da existência*. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 1 v.

MENEZES CORDEIRO, Antonio. *Da Boa-Fé no Direito Civil*. 4.reimp. Coimbra: Almedina, 2011.

_____. *Manual de Direito do Trabalho*. reimp.Coimbra: Almedina, 1991.

MIRAGEM, Bruno. *Abuso do Direito: Proteção da confiança e limite ao exercício das prerrogativas jurídicas no direito privado*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MONTEIRO FERNANDES, António. *Direito de greve: notas e comentários à lei nº. 65/77, de 26 de agosto*. Coimbra: Almedina, 1982.

MONTOYA MELGAR, Alfredo. *Derecho del Trabajo*. Madri: Tecnos, 1998.

MORAES, Antonio Evaristo de. *Apontamentos de Direito Operário*. 2.ed. São Paulo: LTr, 1971.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de Direito Sindical*. 6.ed. São Paulo: LTr, 2009.

_____. *Comentários à Lei de Greve*. São Paulo: LTr, 1989.

_____. *Curso de Direito do Trabalho*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____; VIDAL NETO, Pedro (org.). *Direito de Greve*. São Paulo: LTr, 1984.

OJEDA AVILÉS, Antonio. *Compendio de Derecho Sindical*. Madri: Tecnos, 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *A Greve: o direito e a flexibilidade*. Brasília: OIT, 2002.

_____. *Libertad Sindical: Recopilación de decisiones y principios del Comité de Libertad Sindical del Consejo de Administración de la OIT*. 5.ed. Ginebra: OIT, 2006. Disponível em <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/publication/wcms_090634.pdf>. Acesso em 25.10.2010.

PALMA RAMALHO, Maria do Rosário. *Lei da Greve Anotada*. Lisboa: Lex, 1994.

PÉREZ DEL CASTILLO, Santiago. *O Direito de Greve*. Tradução Maria Stella Penteado G. de Abreu. São Paulo: LTr, 1994.

PÉREZ PÉREZ, Manuel. *Responsabilidad Patrimonial del Sindicato y Acción Sindical*. Madri: Colex, 1999.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. *Princípios de Direito do Trabalho*. 3.ed. Tradução Wagner D. Giglio. São Paulo: LTr, 2000.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição de 1946*. 3.ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1960. 6 v.

RIBEIRO, Lélia Guimarães Carvalho. A greve como legítimo direito de prejudicar. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, v.6, n.11, p.99-108, mar 1996.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

ROMITA, Arion Sayão. *Direito do Trabalho: Temas em aberto*. São Paulo: LTr, 1998.

_____. *O Fascismo no Direito do Trabalho Brasileiro*. São Paulo: LTr, 2001.

_____. Greve no Setor Privado. *Revista Magister de Direito Trabalhista e Previdenciário*, Porto Alegre, n.22, 2008.

RUPRECHT, Alfredo. *Conflitos Coletivos de Trabalho*. Tradução José Luiz Ferreira Prunes. São Paulo: LTr, 1979.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Princípios Gerais de Direito Sindical*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

SÁ, Fernando Augusto Cunha de. *Abuso do Direito*. Lisboa: Ministério das Finanças, 1973.

SAAD, Eduardo Gabriel. Exercício irregular do direito de greve. *LTr: suplemento trabalhista*, São Paulo, v.34, n.164, p.767-772, 1998.

SANTORO-PASSARELLI, Francesco. *Noções de Direito do Trabalho*. Tradução Mozart Victor Russomano e Carlos Alberto G. Chiarelli. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

SILVA, Homero Batista Mateus. *Curso de Direito do Trabalho Aplicado*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 7 v.

SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. Limites ao Direito de Greve no Contexto Democrático: a experiência da Organização Internacional do Trabalho. In: Congresso de Direito Coletivo e de Direito Constitucional do Trabalho, 13., 1998, São Paulo. *Jornal...* São Paulo: LTr, 1998, p. 31-33.

_____. A Disciplina Jurídica da Greve e as Constituições Republicanas no Brasil. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 39, p. 143-163, jun 1993.

SIMI, Valente. *Il Diritto di Sciopero*. Milão: Giuffrè, 1956.

SOUZA, Ronald Amorim e. *Greve & Locaute*. São Paulo: LTr, 2007.

TUPINAMBA NETO, Hermes Afonso. A responsabilidade do sindicato e de seus diretores em caso de greve. *LTr: legislação do trabalho*, São Paulo, v.59, n.1, p.37-41, jan. 1995.

VACCA, Michele. *Il Diritto de Sciopero e le sue Limitazioni nelle Organizzazioni e nei Paesi Europei*. Milão: Giuffrè, 1983.

VIANA, Márcio Túlio. Legalidade das greves atípicas. *IOB Repertório de jurisprudência: trabalhista e previdenciário*, São Paulo, n.1, p.19-17, jan 2000.

_____. Conflitos Coletivos do Trabalho. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, n.66, p. 116-150, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIANNA, Segadas. *Greve: direito ou violência*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.